

APROVADO

VOTOÇÃO: *M. SIMPLES*

Sala das Sessões: *27/12/99*

[Assinatura] Vereador

[Assinatura] Presidente

QUESTÃO DE ORDEM

No uso de minhas atribuições legais e na forma regimental, venho apresentar a Vossa Senhoria, questão de ordem acerca do processo de prestação de contas do exercício financeiro de 1992, do ex-prefeito Luiz Antonio Grechi Gheller, nos termos que passo a expor:

1. Tendo obtido vistas do processo acima referido, constatei que o mesmo havia sido posto à apreciação plenária sem que antes houvesse sido dada oportunidade de defesa ao ex-Prefeito.
2. Embora o Regimento Interno da casa seja omissos a respeito, o certo é que em vários julgados dos nossos tribunais, decidiu-se pela anulação do processo por cerceamento de defesa quando, como no caso, não tenha sido oportunizado o exercício legal e constitucional do direito de defesa, conforme prescrito no art. 5º inciso LV do CF/88.
3. Tal decorre de normas e princípios de ordem constitucional, sendo a ampla defesa e o contraditório a base do nosso sistema processual; judicial ou administrativo.
4. Assim, tendo havido a emissão de parecer desfavorável à aprovação das contas pelo TCE, tenho por imprescindível a oportunização para que o ex-Prefeito exercite a sua defesa!
5. Como o RI é omissos a respeito, sugiro seja submetida ao plenário da Casa a apreciação da presente questão de ordem, concedendo prazo de 30(trinta) dias para que o ex-Prefeito apresente sua defesa final, escrita, baixando-se em caso de aprovação desta questão de ordem, a competente resolução, a qual o Sr. Presidente ficaria autorizado proceder.

E. DEFERIMENTO

CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES

Serafina Corrêa, aos 20 de Dezembro de 1999.

Serafina Corrêa — RS

DATA: *27/12/99*

COMISSÃO ESPECIAL

PMDB: *[Assinatura]*

POS: *[Assinatura]*

PFL: *[Assinatura]*

PTB: *[Assinatura]*

[Assinatura]
VER. OLDEMAR PALHARINI

PT:

QUESTÃO DE ORDEM

No uso de suas atribuições legais e na forma regimental, venho apresentar a Vossa Senhoria, questão de ordem acerca do processo de prestação de contas do exercício financeiro de 1992, do ex-prefeito Luiz Antonio Girelli, nos termos que passo a expor:

Tendo em vista o processo acima referido, constata-se que o mesmo não foi submetido à apreciação prévia sem que antes houvesse sido dada oportunidade de defesa ao ex-prefeito.

Diante o Regimento Interno da Casa, seja submetido a respeito o caso e que em virtude dos nossos tribunais, decididos pelo Conselho do processo por contencioso, não tendo sido oportunizado o exercício legal e constitucional.

Por isso, de normas e princípios de ordem constitucional, sendo a mesma ordena o contencioso a respeito do sistema processual, judicial ou administrativo.

Assim, tendo havido a emissão de parecer desfavorável a respeito das contas pelo TCE, sem que antes houvesse sido dada oportunidade de defesa ao ex-prefeito, a sua

Como o RI é omissivo a respeito, sugiro seja submetido ao plenário da Casa a apreciação da presente questão de ordem, com o prazo de 30 (trinta) dias para que o ex-prefeito apresente sua defesa final, estando prevista-se em caso de aprovação desta questão de ordem, a competência respectiva, a qual o Sr. Presidente fixará o prazo para a defesa.

RESOLUÇÃO

PARA O MUNICÍPIO DE YBAPITANGA

Sessão Ordinária em 30 de Dezembro de 1992

VER O REGIMENTO INTERNO